

Administração regional para área tombada

Conpresb vai discutir criação de órgão fiscalizador

LUÍSA MEDEIROS

A área tombada de Brasília poderá ganhar uma administração regional. Em meio à discussão de reestruturação do funcionamento do Conselho Gestor da Área de Preservação de Brasília (Conpresb), o representante do setor produtivo, Márcio Edvandro Machado, sugeriu a criação do órgão executivo. Pela proposta, a nova admi-

nistração se responsabilizaria por deliberações do conselho e fiscalização das áreas do Plano Piloto, Cruzeiro, Candangolândia e Sudoeste.

A idéia surgiu da necessidade de execução das decisões tomadas pelo Conpresb. Segundo Machado, não têm surtido efeito as deliberações aprovadas pelos conselheiros sobre temas que afetam ao Patrimônio. "O conselho precisa de um braço executivo

que possa fazer políticas e implementar as decisões", acredita. Na prática, segundo ele, a administração manteria, conservaria e executaria ações urbanísticas, entre as quais, reforma de calçadas.

O órgão teria autonomia política, financeira, e até um gestor executivo. As administrações regionais das cidades dentro da poligonal tombada se transformariam em subadministrações.



Nova administração regional se responsabilizaria pela fiscalização de áreas, como o Plano Piloto

Para o Iphan, um alívio

A sugestão causou reações divergentes entre os integrantes do Conpresb. O superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Alfredo Gastal, vê na criação de uma administração específica uma saída para resolver os problemas da área tombada. O pioneiro Ernesto Silva também gostou da proposta. Para ele, o conselho precisa ter mais autonomia para tratar de questões, entre as quais o sétimo andar, as cercas das quadras 700 e as invasões públicas.

Na opinião do secretário da Coordenação das Administrações Regionais (Sucar), Vatanábio Brandão, a legislação que trata sobre a área tombada é que precisa ser revista e alterada pelo Conpresb. "A criação de novos órgãos não vai colaborar para a preservação da área tombada. É preciso sanear e disciplinar as leis", afirma. Ele disse que o processo de centralização das atividades faz parte de um regime majoritário.

DEPHA - O administrador de Brasília, Clayton Aguiar, diz que o proposto nada mais é que a Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (Depha), vinculada à Secretaria de Cultura. "Porque o Depha não é fortalecido com reforço financeiro e ferramentas?", questiona.

A secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diana Motta, considera que a proposta complementa o fortalecimento da gestão da área tombada, foco da reestruturação do Conpresb, proposto há cerca de três meses por Ernesto Silva.

As contribuições dos conselheiros serão discutidas e apresentadas, possivelmente, ainda este mês, numa sessão extraordinária do Conpresb.